

CADERNO DE ENCARGOS

1 - OBJETO DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento tem por objeto a prestação de serviços técnicos para manutenção dos equipamentos de climatização, produção de águas quentes sanitárias, ventilação e tratamento do ar das instalações das Piscinas Municipais, Campo de futebol Municipal e Escola professora Piedade Matoso, nas condições definidas no presente Caderno de Encargos.

2 – ESPECIFICAÇÕES

A prestação dos serviços técnicos para manutenção dos equipamentos de climatização, produção de águas quentes sanitárias, ventilação e tratamento do ar das instalações das Piscinas Municipais, Campo de futebol Municipal e Escola professora Piedade Matoso compreende:

2.1) Banco de 60 horas, incluindo 30 deslocações: destinado a trabalhos corretivos e manutenção dos equipamentos

2.2) Vistoria Trimestral - Manutenção preventiva trimestral dos equipamentos, executada durante o horário normal de funcionamento das instalações.

3 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS

- Controlar as condições de funcionamento e de segurança dos equipamentos/sistemas tendo em vista a otimização do seu rendimento;
- Aumentar o tempo útil dos equipamentos, sistemas;
- Aumentar e otimizar a disponibilidade dos equipamentos, sistemas e em sentido mais geral, da instalação;
- Assegurar e manter as condições de utilização ótimas dos locais de trabalho.

3.1) Banco de Horas

A elaboração de um banco de 60 horas, onde se inclui 30 deslocações será destinado a trabalhos de manutenção corretiva e manutenção dos equipamentos abaixo identificados:

Central térmica	1	Unidade
Equipamentos de Expansão Direta (U. Exteriores)	2	Unidades
Equipamentos de Expansão Direta (U. Interiores)	2	Unidades
Unidade Desumificadora	1	Unidade
Unidades de Tratamento de Ar	1	Unidade
Ventiladores de Extração/Insuflação	2	Unidades
Eletrobombas Circuladoras	23	Unidades
Quadros Elétricos de AVAC	2	Unidades
Caldeiras	4	Unidades
Depósito de Águas Quentes Sanitárias / Depósito de Inércia	9	Unidades
Coletores Solares Térmicos	117	Unidades
Permutador	1	Unidade
Grupo Hidropressor	1	Unidade
Gerador	1	Unidade
Quadros elétricos	5	Unidade

3.2) Vistoria Trimestral

Ao nível da manutenção das caldeiras:

- Verificação de ruídos e vibrações anormais;
- Verificação das ligações dos circuitos hidráulicos;
- Medição da pressão da entrada de gás;
- Medição do consumo de gás no queimador;
- Medição da pressão no circuito hidráulico;
- Medição da pressão do vaso de expansão;

- Medição do consumo elétrico;
- Verificação de fugas no circuito de gás;
- Substituição da válvula de segurança;
- Limpeza da chama primária;
- Limpeza do queimador;
- Limpeza da câmara de combustão;
- Verificação do funcionamento das electroválvulas;
- Verificação do funcionamento dos postos de redução de combustível;
- Verificação do funcionamento das bombas circuladoras;
- Reapertos elétricos;
- Limpeza do circuito de evacuação de fumos;
- Medição dos produtos de combustão;
- Limpeza de todos os componentes;

Ao nível da manutenção dos Multisplit/Split:

- Verificação de ruídos e vibrações anormais;
- Verificação das ligações dos circuitos frigoríficos;
- Verificar funcionamento dos ventiladores;
- Verificação do estado do tabuleiro de condensados da U.E e U.I;
- Medição dos circuitos de alta e baixa;
- Medição do consumo elétrico dos compressores;
- Verificação dos Set Points de funcionamento;
- Verificação e reapertos dos circuitos elétricos;
- Limpeza geral do equipamento;
- Verificação de corrosões, pintura e suporte;
- Verificar e substituir se necessário o filtro de ar da U.I;
- Verificar funcionamento da U.I;

Ao nível da manutenção dos UVAD (unidade de tratamento de ar e desumidificação):

- Verificação de ruídos e vibrações anormais;
- Verificação das ligações dos circuitos frigoríficos;
- Verificação do nível de óleo dos compressores;
- Verificação do funcionamento dos ventiladores;
- Verificação do estado do tabuleiro de condensados da U.E e U.I;
- Registo do número de horas de funcionamento;
- Verificação do permutador de calor;
- Medição das pressões no circuito de alta e baixa;
- Medição do consumo elétrico dos compressores;
- Verificação dos set points de funcionamento;
- Verificação isolamento do compressor com medidor adequado;
- Verificação e reapertos dos circuitos elétricos;
- Verificação resistência de carter;
- Lubrificação dos órgãos móveis;
- Verificação estado, ajuste de pressostatos, termostatos;
- Limpeza geral do equipamento;
- Verificação de corrosões, pintura e suporte;
- Verificação e substituição, se necessário, os filtros de ar

Ao nível da manutenção das U.T.A.S.:

- Verificação de ruídos e vibrações anormais;
- Verificação das ligações dos circuitos frigoríficos/hidráulicos às baterias;
- Verificação do funcionamento dos ventiladores;
- Verificação do estado do tabuleiro de condensados e sifões;
- Registo do número de horas de funcionamento;
- Verificação do permutador de calor;

- Medição da temperatura e humidade relativa ao ar;
- Medição da tensão e corrente dos motores;
- Medição das temperaturas de entrada e saída das baterias;
- Verificação do sistema de comando e controlo;
- Verificação do aperto, alinhamento e tensão das correias;
- Verificação e substituição das correias;
- Limpeza e substituição dos filtros de ar;
- Lubrificação dos órgãos móveis;
- Verificação estado, ajuste de pressostatos, termostatos;
- Verificação da válvula de 3 vias;
- Limpeza geral do equipamento;
- Verificação de corrosões, pintura e suporte;
- Reapertos elétricos;

Ao nível da manutenção dos ventiladores de extração:

- Verificação de ruídos e vibrações anormais;
- Verificação do funcionamento do motor elétrico;
- Limpeza e substituição dos filtros de ar;
- Registo do número de horas de funcionamento;
- Verificação das pás das turbinas;
- Medição da tensão e corrente dos motores;
- Verificação do sistema de comando e controlo;
- Verificar aperto, alinhamento e tensão das correias;
- Verificação e substituição das correias;
- Lubrificação dos órgãos móveis;
- Verificação do estado, ajuste de pressostatos, termostatos;
- Limpeza geral do equipamento;
- Verificação de corrosões, pintura e suporte;
- Reapertos elétricos;

Ao nível da manutenção dos painéis solares:

- Verificação de temperatura de funcionamento;
- Verificação do sistema automático de enchimento;
- Verificação do estado dos painéis;
- Verificação das válvulas de descarga de segurança;
- Limpeza do filtro do circuito de enchimento;
- Verificação dos equipamentos de regulação e controlo;
- Limpeza dos painéis;
- Verificação do isolamento das tubagens;

Ao nível de manutenção dos depósitos de A.Q.S.:

- Equipamento de controlo (afinação);
- Análise do estado do isolamento;
- Revisão das pinturas;
- Verificação da válvula de segurança;
- Verificação do estado do ânodo;

Ao nível de manutenção dos permutadores:

- Verificação pontos de corrosão, deformação e fugas de água;
- Verificação do estado do isolamento térmico;
- Verificação da estanquicidade entre circuitos primários e secundários;

Ao nível da manutenção das Eletrobombas das Piscinas:

- Vibração de ruídos e vibrações anormais;
- Verificação do funcionamento do motor elétrico;
- Registo do número de horas de funcionamento;
- Verificação da fixação do conjunto motor bomba;
- Medição da tensão de corrente dos motores;
- Lubrificação dos órgãos móveis;
- Limpeza geral do equipamento;
- Verificação de fuga de água nos empanques;
- Verificação de corrosões, pinturas e suporte;
- Verificação do ponto de pressão máxima;

Ao nível da manutenção das Eletrobombas de Circulação:

- Vibração de ruídos e vibrações anormais;
- Verificação do funcionamento do motor elétrico;
- Registo do número de horas de funcionamento;
- Verificação da fixação do conjunto motor bomba;
- Medição da tensão e corrente dos motores;
- Lubrificação dos órgãos móveis;
- Limpeza geral do equipamento;
- Verificação de fuga de água nos empanques;
- Verificação de corrosões, pinturas e suporte;
- Verificação do ponto de pressão máxima;
- Verificação dos sensores;

Ao nível da manutenção das Eletrobombas de Hidropressores:

- Vibração de ruídos e vibrações anormais;
- Verificação do funcionamento do motor elétrico;
- Registo do número de horas de funcionamento;
- Verificação da fixação do conjunto motor bomba;
- Medição da tensão e corrente dos motores;
- Lubrificação dos órgãos móveis;
- Limpeza geral do equipamento;
- Verificação de fuga de água nos empanques;
- Verificação de corrosões, pinturas e suporte;
- Verificação do ponto de pressão máxima;
- Verificação dos sensores;

Ao nível da manutenção dos quadros elétricos:

- Limpeza geral de todos os componentes;
- Verificação dos bornes de ligação elétrica e reaperto;
- Testes de diferenciais e térmicos;
- Teste de lâmpadas de sinalização;
- Medição e registo de consumos elétricos;
- Verificação termográfica;

Ao nível da manutenção dos geradores:

- Verificação do circuito de admissão de ar;
- Verificação do nível do líquido refrigerante e do estado do radiador;
- Verificação do sistema de pré-aquecimento;
- Verificação da tensão e estado das correias, afinação e substituição (se necessário);
- Verificação do circuito de combustível e do nível no depósito diário;
- Drenagem do filtro decantador de combustível;
- Drenagem de eventuais condensados do escape;
- Verificação de eventuais fugas no circuito de lubrificação;

- Verificação do nível de óleo (adicionar se necessário);
- Verificação de eventuais fugas do sistema de escape;
- Verificação de eventuais restrições à entrada ou saída do ar de refrigeração;
- Inspeção interior;
- Verificação do nível do electrolito da(s) bateria(s) (adicionar se necessário);
- Limpeza e aperto dos terminais das baterias;
- Verificação do sistema de carga das baterias;
- Verificação das ligações de comando, potência e estado dos componentes;
- Verificação dos instrumentos e sinalética do quadro elétrico;
- Ensaio em vazio por comando manual;
- Testes dos circuitos de proteção por simulação (se possível);
- Ensaio em automático com carga (se possível e com corte da rede);
- Verificação das horas de funcionamento;

3.3) Relatórios

3.3.1) Deverá o prestador fornecer ao gestor do contrato, relatórios de avaliações dos equipamentos e estado da instalação;

3.3.2) Os relatórios refletem as avaliações trimestrais e os trabalhos de manutenção corretiva enviado até à semana seguinte, sendo que nas vistorias de carácter trimestral será enviado o relatório até ao mês seguinte.

Nesses relatórios terá de conter a seguinte informação:

- Data da execução dos trabalhos efetuados;
- Identificação dos equipamentos revistos;
- Anomalias detetadas;
- Intervenções efetuadas com a listagem das peças e acessórios substituídos;
- Sugestões de procedimentos para melhorias.

4 – PRAZO E LOCAIS

4.1. - O contrato de prestação de serviços objeto do procedimento mantém-se em vigor pelo prazo de 12 (doze) meses após a sua celebração, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

4.2. - Os serviços serão prestados nas seguintes instalações:

- Piscinas Municipais
- Campo de Futebol Municipal
- Escola Professora Piedade Matoso, em Aljezur

5 – PARÂMETRO BASE DO PREÇO CONTRATUAL

5.1. - O preço máximo que o contraente público se dispõe a pagar pela presente aquisição de serviços, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, é de **9.876,00€**, (nove mil oitocentos e setenta e seis euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

5.2. - O preço previsto no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público no presente Caderno de Encargos, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

5.3.- O Contraente Público obriga-se a pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

5.4. - O preço constante da proposta adjudicada não será revisto durante a vigência do contrato.

6 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 6.1. - O prestador emitirá fatura com periodicidade mensal.
- 6.2. - As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias, após a receção das respetivas faturas e confirmadas pelo gestor do contrato, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 6.3. - Os pagamentos serão efetuados diretamente ao prestador.
- 6.4. - Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal de Aljezur, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 6.5. - Nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto na sua atual redação, os contraentes públicos são obrigados, a partir de 01 de janeiro de 2023, a processar faturas eletrónicas no modelo estabelecido pela norma europeia respetiva aprovada pela Comissão Europeia e publicitada no portal do contratos públicos, a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do CCP, com exceção das micro, pequenas e médias empresas, definidas nos termos da Recomendação 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativamente às quais este prazo foi alargado para 01/01/2024, nos termos do disposto no artigo 6.º do Decreto-lei 54/2023, de 14 de julho.
- 6.6. - Com o objetivo de facilitar a adoção da fatura eletrónica pelos fornecedores/prestadores do Município de Aljezur, informamos o contacto do parceiro tecnológico E-mail: fornecedores.saphety@saphety.com/helpdesk@saphety.com, telefone: +351 308 801 249 / +351 707 101 249, o qual dispõe de soluções que permitem o envio da fatura eletrónica, não obstante a existência de outras opções no mercado nacional.

7 - OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO PRESTADOR

- 7.1. - Nos termos do contrato a celebrar, o prestador de serviços obriga-se, durante o período da sua execução, à realização de todas as operações necessárias ao integral cumprimento do objeto do contrato.
- 7.2. - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador as seguintes obrigações principais:
 - a) Prestar os serviços em perfeitas condições e para os fins a que se destinam, dentro dos prazos definidos no presente Caderno de Encargos e conforme as condições aí estipuladas, bem como nos demais documentos contratuais;
 - b) Os serviços serão efetuados com base em parâmetros da qualidade, segurança e disponibilidade pretendidas, sendo consideradas as especificações e recomendações dos fabricantes;
 - c) Assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos, funcionais, ambientais e níveis de serviço, tal como previstos no presente Caderno de Encargos e na legislação aplicável;
 - d) Garantir os serviços prestados, de acordo com as condições definidas no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais e disposições legais em vigor;
 - e) Recorrer a todos os meios humanos, materiais, técnicos e criativos que sejam necessários à execução do contrato;
 - f) Comunicar ao Contraente Público, logo que tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
 - g) Não alterar as condições da prestação dos serviços fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
 - h) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pelo Contraente Público;
 - i) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato relacionado com a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica, a sua situação comercial e outras, com relevância para o fornecimento;

- j) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, patentes, registos e licenças necessários ao pontual cumprimento das obrigações assumidas;

7.3.- O Prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, bem como toda a legislação e regulamentação portuguesa aplicável.

8 – REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO DOS TRABALHADORES AFETOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NOS TERMOS DO ARTIGO 419.º-A DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS

O prestador fica obrigado ao cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP.

9- OBJETO DO DEVER DE SIGILO

9.1. - O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Aljezur, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

9.2. - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

9.3. - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

10- OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO

10.1.- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, o Contraente Público obriga-se a fiscalizar a execução do objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, a diligência e o zelo.

10.2. - Constituem ainda obrigações do Contraente Público:

- a) Nomear um responsável pela gestão do contrato para efeitos de comunicações com o Prestador de Serviços, e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;
- b) Monitorizar e supervisionar a aplicação das condições e termos contratuais;
- c) Monitorizar a qualidade dos serviços prestados;
- d) Comunicar, em tempo útil, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato;
- e) Efetuar o pagamento contratualmente devido dentro dos prazos fixados.

11 - REGULAMENTO DE PROTEÇÃO DE DADOS

O Prestador de Serviços compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a execução do contrato, assim como após o termo da vigência do período de execução contratual.

12 - GESTOR DO CONTRATO

A entidade adjudicante, nos termos do artigo 290.º-A do CCP, designará um Gestor do Contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, devendo nestes termos, ser dado conhecimento ao gestor de contrato de todas as ações inerentes ao mesmo.

13 - CONTRATO

Para o presente procedimento não é exigível a redução a escrito, nos termos previstos no artigo 95º do CCP.

14 - SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos dos artigos 316.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-lei nº 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação.

15 – SANÇÕES CONTRATUAIS

15.1. - Pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso de obrigações emergentes do contrato, e por causa imputável ao Prestador de Serviços, o Município pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos seguintes:

- a) Pelo incumprimento dos prazos do contrato, calculada de acordo com a seguinte fórmula: $P = (V \cdot D / 365) / 3$, em que P corresponde ao montante da penalidade, V corresponde ao valor do contrato, e D corresponde ao número de dias em atraso.

15.2. - O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% do preço contratual. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e o Contraente Público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

15.3. - Em caso de resolução do contrato, por incumprimento do Prestador de Serviços, o Contraente Público, pode exigir-lhe uma sanção contratual de até aos limites indicados no número anterior.

15.4. - Ao valor da sanção contratual previsto no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Prestador de Serviços ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.

15.5. - O Contraente Público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.

15.6. - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização nos termos gerais, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação do contrato ou danos excedentes

16 - RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELO CONTRAENTE PÚBLICO

16.1. - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no caso de atraso, total ou parcial, superior a 60 dias na prestação dos serviços objeto do contrato ou o prestador de serviços declarar por escrito que o atraso na prestação excederá esse prazo.

16.2. - O contrato pode também ser resolvido pelo contraente público caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já entendidas como situações de incumprimento grave e culposos por parte do Prestador de Serviços:

- a) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do Prestador de Serviços;
- b) Prestação de falsas declarações;
- c) Estado de falência ou insolvência;
- d) Cessaçao da atividade;
- e) Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do Prestador de Serviços e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.

16.3. - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao prestador de serviços e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo Contraente Público.

17 - CASOS DE FORÇA MAIOR

17.1. - Não podem ser impostas sanções contratuais ao Prestador de Serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.

17.2. - Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:

- a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
- b) Sejam alheias à sua vontade;
- c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;
- d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.

17.3. - Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de Serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de Serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de Serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de Serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de Serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de Serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

17.4. - A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

17.5. - A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Prestador de Serviços das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 60 (sessenta) dias, autoriza o Contraente Público a resolver o contrato ao abrigo do n.º 1 do artigo 335.º do CCP, não tendo o Prestador de Serviços direito a qualquer indemnização.

18 - RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR PARTE DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

18.1. - O Prestador de Serviços pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.

18.2. - A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Prestador de Serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

19 - DEVERES DE INFORMAÇÃO

Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, de acordo com a boa-fé.

20 - DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

20.1.-Correm integralmente por conta do Prestador de Serviços os encargos ou a responsabilidade civil decorrentes da incorporação em qualquer dos serviços objeto do contrato, ou da utilização nesses mesmos serviços, de materiais, de hardware, de software ou de outros que respeitem a quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.

20.2.-Se o Contraente Público vier a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato ou na posterior utilização dos serviços objeto do mesmo, qualquer dos direitos referidos no número anterior, terá direito de regresso contra o Prestador de Serviços por quaisquer quantias pagas, seja a que título for.

20.3.-São da responsabilidade do Prestador de Serviços quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

20.4.-Os encargos e a responsabilidade civil perante terceiros decorrentes dos factos mencionados nos n.ºs 1 e 2 não correm por conta do Prestador de Serviços se este demonstrar que os mesmos são imputáveis ao Contraente Público ou a terceiros que não sejam seus subcontratados.

21 – COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

21.1.-Quaisquer comunicações ou notificações entre o Contraente Público e o Prestador de Serviços relativos ao contrato, seguem o regime previsto no artigo 469.º do CCP, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

21.2. -As comunicações e as notificações dirigidas ao Contraente Público, efetuadas através de qualquer meio admissível, têm de ser efetuadas até às 17h00 do dia a que digam respeito, sob pena de se considerarem efetuadas às 10h00 do dia útil imediatamente seguinte.

22 - CONTAGEM DOS PRAZOS NA FASE DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

À contagem de prazos na fase de execução do contrato, e salvo disposição expressa em contrário, são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- b) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês;
- c) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço, perante o qual deva ser praticado o ato, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

23 – FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com renúncia expressa a qualquer outro.

24 - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

24.1. -O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

24.2. - Sem prejuízo de outras leis e regulamentos especialmente aplicáveis, a tudo o que não esteja expressamente previsto ou regulado no presente Caderno de Encargos e nas demais regulamentações do procedimento pré-contratual e do contrato aplica-se o regime previsto no CCP, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

A P R O V A D O
No uso de competência delegada
pelo Presidente da Câmara
A Vereadora da Câmara